Os apuros de um professor: Libânio e o cotidiano escolar em Antioquia

A professor at bay: Libanius and the everyday life of his school in Antioch

Gilvan Ventura da Silva [1]
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Nascido em 314, de uma família ilustre de Antioquia, Libânio, após completar a sua formação educacional, se estabelece em Nicomédia e Constantinopla como professor de retórica, angariando ampla reputação. Em 354, solicita e obtém de Constâncio II autorização para regressar à sua cidade natal, Antioquia, passando a ocupar a cátedra pública de ensino do grego. Um dos escritores mais prolíficos do final do Mundo Antigo, Libânio nos legou um grande volume de cartas e orações sobre os mais diversos assuntos, incluindo o cotidiano de sua escola (*didaskaleion*). Tendo em vista essas considerações, pretendemos refletir, nesse artigo, sobre alguns problemas enfrentados por Libânio no exercício do magistério, em especial a indisciplina dos alunos, a falta de pagamento dos professores e o desinteresse pela língua e literatura gregas.

Palavras-chave: Antioquia; Libânio; Antiguidade Tardia; Educação; Cotidiano.

Abstract

Libanius was born in 314, in one of the wealthiest families of Antioch, the metropolis of the Syrian province. After taking a degree as sophist in Athens, he started teaching Greek language and rethoric in Nicomedia and Constantinople, acquiring an enviable reputation. In 354, he asked Constantius II permission to return to his homeland, Antioch, where he was appointed as public professor by the local council. Libanius was one of the most prolific writer of the Later Roman Empire, leaving a large bulk of letters and speeches about several issues, including the everyday life of his school (*didaskaleion*). In this connection, we aim at discussing, in this article, some troubles faced by Libanius as professor, namely the indiscipline of the students, the lack of payment of the tuition fees and the lack of interest regarding Greek tongue and literature.

Keywords: Antioch; Libanius; Later Roman Empire; Education; Everyday life.

● **Enviado em: 03/09/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

[1] Professor de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Coordenador da seção ES do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) e bolsista produtividade do CNPq.

Uma vida dedicada ao ensino

Libânio foi não apenas um dos mais célebres oradores de toda a Antiguidade, como aquele que nos legou uma das mais volumosas coleções de obras em língua grega, dentre as quais figuram exemplares de diversos gêneros da literatura antiga, tais como panegíricos, inventivas e cartas. Nascido em 314, em Antioquia, a metrópole da província da Síria que à época, antes da fundação de Constantinopla, era a maior cidade do Oriente romano, Libânio provinha de uma das mais ilustres famílias da elite local, o que lhe proporcionou o acesso a uma educação esmerada. Tendo cursado, como de praxe, as lições do mestre-escola e, em seguida, as do *grammaticus*, Libânio, aos quinze anos de idade, passa a se dedicar em tempo integral aos estudos de retórica, razão pela qual decide abandonar os combates de gladiadores, as corridas do hipódromo e as *performances* teatrais, como ele mesmo nos conta na sua *Autobiografia*.[2] Após cinco anos sob a supervisão dos retores e sofistas de Antioquia, empreende, em 336, uma viagem a Atenas, o mais importante centro de estudos de língua e retórica gregas do Império, aí permanecendo por quatro anos. Em 340, devido a distúrbios envolvendo alunos e professores, o governador da província determinou que os sofistas fossem privados de suas cátedras. Já reconhecido como um expoente em língua e literatura gregas, Libânio é então indicado, aos vinte e seis anos de idade, para o cargo de professor em Atenas, mas por maquinações dos concorrentes é forçado logo depois a deixar a cidade, rumando para Constantinopla, há pouco inaugurada.[3] Na nova Capital, inicia uma carreira promissora, mas cercada de contratempos, na medida em que a concorrência entre os professores era intensa. Ameaçado de morte pelos rivais, recebe das cúrias de Niceia e de Nicomédia, duas cidades vizinhas, a proposta para atuar como professor de grego, optando pela segunda, na qual permanece por seis anos, de 343 a 349. A fama alcançada em Nicomédia aliada a um bem-sucedido panegírico em louvor a Constâncio e Constante lhe renderam um convite para assumir a cátedra de retórica grega em Constantinopla, o que fazia dele, de certo modo, um funcionário imperial. A despeito de todo o sucesso obtido na Capital, Libânio acalentava o desejo de regressar à sua cidade natal, que logrou visitar em 353, a primeira vez desde que havia partido para Atenas. Determinado a deixar Constantinopla, Libânio insiste junto à corte para obter a sua liberação, alegando motivos de saúde. No início do ano seguinte, em 354, sua solicitação é enfim atendida e o orador se estabelece definitivamente em Antioquia, aí permanecendo até sua morte, após 393.[4]

---

2 LIBANIOS. *Autobiographie*. Texte établi par Jean Martin et traduit para Paul Petit. Paris: Les Belles Lettres, 1979, I, 5.

3 POTTER, D. S. *The Roman Empire at bay* (AD 180-395). London & New York: Routledge, 2004, p. 571.

4 LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Antioch: city and administration in the Later Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 3.

Ao chegar a Antioquia, em 354, Libânio é obrigado a recomeçar a carreira. Sem local apropriado para ensinar, instala a escola na própria residência, onde leciona para uma classe de quinze estudantes que havia trazido da Capital. Exercendo um ofício marcado pela rivalidade entre os professores, que competiam por prestígio profissional, mas principalmente por alunos, Libânio necessitava conferir uma visibilidade maior ao seu trabalho, o que o levou a transferir a escola para a zona central da cidade até que, ao obter a cátedra municipal de ensino de retórica, passa a ensinar no *bouleuterion*, ou seja, no recinto que abrigava a cúria urbana. O edifício contava com uma sala de conferências coberta (*theatron*) e quatro colunatas que cercavam um pátio interno convertido em jardim, locais onde Libânio costumava declamar suas orações e ministrar suas aulas. Ao assumir a cátedra de grego, Libânio é declarado sofista oficial de Antioquia, acumulando as tarefas de primeiro orador e de professor de retórica mais graduado, o que representa para ele o ápice da carreira profissional. Embora houvesse outros sofistas ensinando em caráter privado, sua escola (*didaskaleion*) era a única pública.[5] Na estrutura do *didaskaleion*, Libânio não era propriamente um professor, desempenhando muito mais as funções de um coordenador ou supervisor ao liderar uma equipe composta por diversos outros retores. Do ponto de vista pedagógico, uma das suas principais incumbências era pronunciar as *orationes* de abertura e encerramento do ano letivo, quando então os alunos podiam apreciar de perto a excelência retórica do sofista. Afora isso, Libânio dividia seu tempo entre a composição de discursos, muitos deles em prol de amigos e de implicados em juízo, a expedição de cartas de recomendação para os ex-alunos, das quais possuímos diversos exemplares, e a socialização com os notáveis de Antioquia, atividade importante para um professor que desejasse reforçar ou conservar o seu prestígio na cidade.

Libânio, ao longo da sua carreira, foi testemunha das transformações próprias da fase tardia do Império, incluindo a perda progressiva de influência de Antioquia, eclipsada, tanto em termos políticos quanto em termos culturais, por Constantinopla, bem como a ascensão de um novo sistema religioso, o cristianismo, com o esvaziamento progressivo da devoção às divindades greco-romanas. Em suas obras, encontramos referências preciosas sobre esses e outros temas relevantes para a sociedade da época, o que as torna leitura indispensável para todos os interessados em conhecer um pouco do cotidiano imperial na Antiguidade Tardia. Todavia, num aspecto em particular Libânio revela-se uma fonte insuperável: na descrição das mudanças observadas no sistema de ensino greco-romano entre os séculos IV e V e, mais que isso, no tratamento dos dilemas enfrentados, no dia a dia, pelos professores, uma vez que o autor, em diversas ocasiões, foi levado a se pronunciar a respeito dos desafios que cercavam o exercício do magistério, com destaque para as dificuldades no

[5] CRIBIORE, R. *The school of Libanius in Late Antique Antioch*. Princeton: Princeton University Press, 2007, p. 37 e ss.

relacionamento entre professores, pais e estudantes, fruto, em grande parte, de uma situação de indisciplina na qual os docentes eram a todo o momento confrontados pelos seus alunos, o que os tornava inseguros como profissionais e receosos quanto ao seu próprio futuro. Nosso propósito, nesse artigo, é refletir, com base nas orações educacionais de Libânio, sobre os desafios colocados aos professores de retórica grega no Oriente, num momento em que se delineia uma alteração considerável no currículo escolar dos retores e sofistas cuja origem é a tendência a se reservar um tempo menor para o estudo do grego, com a consequente ampliação da carga horária dos estudos de latim e de Direito, disciplinas capazes de garantir aos filhos da elite uma próspera carreira pública como advogados ou como funcionários dos inúmeros escritórios que compunham a chancelaria imperial e a administração provincial. Vendo a disciplina à qual dedicou praticamente toda a existência perder importância, Libânio demonstra por vezes azedume e nostalgia ao tratar das condições de trabalho dos professores, o que não enfraquece, em absoluto, o valor das informações que nos legou, resultado da sua própria experiência ao longo de mais de cinquenta anos de magistério. Todavia, antes de passarmos a tratar dos problemas vividos por Libânio em sua escola, talvez fosse oportuno dedicar algumas linhas ao lugar ocupado pelo professor dentro do sistema educacional do Império Romano.

Mestres, gramáticos, retores e filósofos

As quatro principais categorias de professores no Império Romano eram, de acordo com o nível e a especialização dos estudos, o mestre-escola (*magister institutor litterarum*), o gramático (*grammaticus*), o retor (*rhetor*) ou sofista (*sophistes*) e o filósofo (*philosophus*). O mestre-escola, a despeito de atuar na zona rural ou na zona urbana, era por via de regra uma personagem humilde, de baixa extração social, que exercia uma profissão penosa e mal remunerada, como comprova o edito de 301 promulgado por Diocleciano, no qual o salário do *magister* é o mesmo do pedagogo – o escravo ou liberto que acompanhava os alunos às lições –, ou seja, 50 denários por aluno ao mês.[6] A equivalência da remuneração não deve nos surpreender, pois o *magister*, pertencendo aos estratos inferiores da sociedade, não raro era ele mesmo um escravo ou liberto, sobre o qual, inclusive, pairava certa desconfiança quanto à integridade de caráter pelo fato de lidar com crianças. À escola do *magister* comparecem os meninos e meninas a partir dos seis anos de idade, embora não se observe, em Roma, nenhuma prescrição oficial no que diz respeito à idade recomendável para a escolarização dos alunos. Somente mais tarde, em 370, Valentiniano estipulará uma idade limite de

[6] MARROU, H. I. *História da Educação na Antiguidade*: São Paulo: E.P.U., 1990, p. 415.

vinte anos para alguém concluir os estudos de retórica em Roma.[7] Da mesma maneira, não existia um currículo-padrão, ou seja, um repertório básico de temas, disciplinas ou assuntos a ser ensinado por todas as escolas do Império, ficando a seleção dos conteúdos a cargo dos professores, de acordo com as normas tradicionais que regiam a profissão. Seja como for, esperava-se que o *magister* ensinasse os seus alunos a ler e a escrever, assim como rudimentos de gramática e de aritmética. Cumpre salientar que o aprendizado era calcado no estímulo à capacidade mnemônica do aluno, uma vez que, nesse nível, não costumavam ser adotados livros de textos. O processo pedagógico encontrava-se assim centrado na pessoa do *magister*, comportando naturalmente um alto grau de emulação, de reprodução daquilo que o professor dizia e fazia, como de resto todo o sistema educacional greco-romano, com a possibilidade de se recorrer a castigos corporais a fim de "despertar" o interesse dos alunos pelo que era ensinado.[8]

Se o *magister* ocupava amiúde uma posição subalterna na escala social, o mesmo não se pode dizer do *grammaticus* e do retor, pertencentes à elite letrada com condições não apenas de reproduzir conhecimentos, mas também de elaborar composições da sua própria lavra. Concluído o curso de primeiras letras, o aluno, por volta dos dez anos de idade, ingressava na escola do gramático, responsável por iniciá-lo na leitura e interpretação da literatura clássica. O programa iniciava-se com a morfologia dos substantivos e dos verbos, tal como aparecia nessa literatura, para em seguida deter-se nas exceções no uso da língua, o que representava um significativo aprofundamento. Nesse nível, já eram utilizados livros-textos, com destaque para *A arte da gramática*, de Dionísio Trácio, um autor ativo no século II a.C., e para os poemas homéricos, que constituíam a súmula da *paideia*, por assim dizer. Algumas vezes liam-se também excertos de Hesíodo, de Demóstenes, de um tragediógrafo ou poeta.[9] Assim como ocorria com o *magister*, o método de trabalho do *grammaticus* envolvia uma boa dose de leitura oral e de memorização, pois os livros eram artigos raros e caros.[10] Do ponto de vista financeiro, a situação do *grammaticus* diferia bastante da do *magister*, pois sabemos que, no início do século IV, Diocleciano fixou seu ordenado em duzentos denários por aluno ao mês, uma cifra quatro vezes maior do que aquela paga ao mestre-escola, mas ainda assim modesta se comparada aos rendimentos obtidos em outras profissões. Desse modo, embora tenhamos conhecimento de gramáticos como Rêmio Palémon que,

---

7 PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Ed.) *Codex Theodosianus and novels and Sirmondian Constitutions*. Princeton: Princeton University Press, 1952, 14,9,1.

8 BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.) *O homem bizantino*. Lisboa: Presença, 1998, p. 95.

9 LAISTNER, M. L. W. *Christianity and Pagan culture in the Later Roman Empire*. Ithaca: Cornell University Press, 1978, p. 11.

10 BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.) *Op. cit.*, p. 96-97.

no Alto Império, chegaram a auferir uma renda anual de 400 mil sestércios, quantia suficiente para promovê-los à *ordo* equestre, essa era sem dúvida uma exceção notável.[11]

Acima do *grammaticus*, temos o *rhetor*, *orator* ou *sophistes*, a quem cabia ensinar os alunos a desenvoltura e a elegância no manejo escrito e oral da língua, razão pela qual a oratória, a arte do bem falar, constituía o núcleo do currículo escolar. O retor não era apenas um professor, mas atuava também como orador e porta-voz da municipalidade, sendo chamado a declamar suas composições em diversas oportunidades: abertura de jogos e festivais, solenidades fúnebres, comemorações imperiais, rituais religiosos e outras. Além disso, o retor cumpria um importante papel de mediador entre a sua cidade e a corte, atuando por vezes como intercessor perante o governador de província ou mesmo a *domus* imperial, função que lhe permitia desfrutar da estima e admiração dos seus compatriotas. Em geral, o aluno que dispusesse de recursos financeiros para dar continuidade à formação iniciada com o *grammaticus* passava à supervisão do retor por volta dos quatorze anos de idade, dedicando-se ao estudo dos mais diversos gêneros literários. O ensino era ministrado com base em uma coletânea de *progymnasmata*, textos sucintos que ilustravam os gêneros das composições acompanhados de exercícios. Após anos de treinamento, o aluno estava preparado para o estudo dos tratados de retórica, dos quais o de Hermógenes de Tarso (160-235) era o mais utilizado.[12] Durante todo o período imperial, o conhecimento detalhado das regras de gramática e de retórica, e não a filosofia, foi sempre considerado o indício por excelência de cultura, o que conduzia inevitavelmente a uma clivagem entre retores e filósofos, embora ambos fossem tidos como especialistas em estudos avançados. Dentro do sistema educacional vigente no Império Romano, os estudos filosóficos constituíam matéria optativa, havendo a princípio duas modalidades de curso: um introdutório, fundado na lógica aristotélica e reservado àqueles que estivessem por concluir sua formação em retórica, e outro de aprofundamento, voltado para aqueles que desejassem tornar-se professores de filosofia. Nessa segunda etapa, o autor de referência era Platão, seguido por Aristóteles. Embora retores, sofistas e filósofos nem sempre fossem oriundos dos estratos superiores da sociedade imperial, costumavam ser figuras honradas por suas comunidades e mesmo pelas autoridades públicas, especialmente se demonstrassem *expertise* no exercício da função, o que os distinguia dos *magistri* e dos gramáticos. Apenas a partir do século III verificamos certo decréscimo no prestígio dessas personagens, que não são mais, como outrora, destinatárias de honrarias por parte da comunidade cívica, orgulhosa de contar com os seus serviços,[13] embora não devamos exagerar acerca desse aspecto, uma vez que a trajetória de

11 MARROU, H. I. *Op. cit.*, p. 424.
12 BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.) *Op. cit.*, p. 97-98.
13 CRIBIORE, R. *Op. cit.*, p. 43.

indivíduos como Ausônio, preceptor de Graciano, e Eugênio, aclamado imperador em 392, não deixam dúvida do valor social atribuído aos retores e sofistas na Antiguidade Tardia.

Retores e filósofos, de modo geral, eram detentores dos códigos de transmissão da *paideia*, da formação cultural de alto nível que constituía patrimônio da elite greco-romana. Tendo como espinha dorsal o ensino da língua, da literatura e da mitologia, a *paideia* pode ser definida como um conjunto de conhecimentos e de regras de comportamento altamente convencionais que visam ao preparo do indivíduo para o exercício da vida pública, o que explica a ênfase na oratória, no bem falar, assim como na elegância dos gestos e na entonação da voz, habilidades inequívocas de alguém treinado na escola dos retores e sofistas. No Império Romano, para além da fortuna que um indivíduo possuísse, sua posição social, poderíamos mesmo dizer seu status, dependia também de variáveis de natureza extraeconômica, como a tradição familiar e, de modo muito particular, o nível de instrução recebido, pois a *paideia* era considerada um critério de distinção entre uma categoria social que se julgava superior, seja do ponto de vista moral, intelectual ou mesmo biológico (os portadores da *humanitas*), e uma massa de pessoas tidas como "ignaras", "inferiores" ou "infames". Quanto a isso, vale a pena recordar que a escolarização, na Antiguidade, era um processo não apenas complexo, envolvendo um sem número de tarefas repetitivas impostas aos alunos, mas também bastante oneroso, especialmente para aqueles que se dispusessem a deixar a sua cidade e rumar para os grandes centros de ensino, como eram Roma, Alexandria, Atenas, Antioquia, Gaza, Beirute ou Constantinopla. O ganho simbólico e material obtido, no entanto, valia todos os esforços consumidos na tarefa, pois a *paideia*, como bem assinala Peter Brown,[14] não apenas conferia identidade a uma elite cuja coesão tendia a ser bastante frouxa devido à vastidão territorial do Império, mas também ratificava a sua condição de liderança, pois por intermédio da *paideia* os indivíduos eram capacitados para assumir os principais postos da administração municipal, provincial e imperial. Por essa razão, a *paideia*, ao contrário do que muitas vezes se supõe, não era tão somente um valor tradicional mantido por uma aristocracia ciosa do seu passado de glória e dos seus títulos de nobreza, mas um instrumento eficaz de ascensão/afirmação social, em particular na fase tardia, quando ocorre um incremento extraordinário da burocracia civil e militar, o que exige, em contrapartida, um maior número de pessoas qualificadas para atuar nos diversos ramos da administração pública.

Essa importância conferida à *paideia* contrasta de certo modo com a condição social dos professores que, como profissionais liberais, encontravam-se sujeitos a diversos contratempos. A princípio, é necessário esclarecer que, em Roma, nunca houve uma magistratura encarregada da supervisão ou inspeção dos estabelecimentos de ensino, cabendo aos próprios professores toda a

[14] BROWN, P. *Power and persuasion in Late Antiquity*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992, p. 39.

responsabilidade pelo serviço que prestavam, o que, se por um lado os livrava da intervenção direta do Estado, por outro dava margem a que profissionais com qualificação duvidosa, mas com certa influência política, fundassem suas escolas e disputassem espaço com os demais. O salário, como ressaltamos acima, não era dos mais rentáveis, especialmente para os *magistri* e *grammatici*. Com Vespasiano, no entanto, gramáticos e retores são isentos dos *munera*, os encargos compulsórios exigidos de quando em quando aos cidadãos – aprovisionamento das tropas, contribuição para a ginasiarquia, participação nos colégios sacerdotais e outras –, estendendo-se assim aos professores um privilégio até então concedido apenas aos médicos. O imperador foi também responsável por inaugurar o sistema de cátedras oficiais de ensino de retórica latina e grega, cujos detentores passavam a fazer jus a uma subvenção anual paga com recursos do tesouro. De início, apenas Roma foi favorecida, mas com Marco Aurélio são instituídas, em Atenas, uma cátedra de retórica grega e quatro de filosofia. Mais tarde, no século IV, será a vez de Constantinopla. Já as cidades não tardam em criar as suas próprias cátedras de ensino remuneradas com verba pública ou privada, não sabemos ao certo. Seja como for, por todo o Império vemos se multiplicar a *schola publica* ou *municipalis*, que congrega professores subsidiados com *salarium publicus*, tanto no Oriente como no Ocidente, a exemplo de Lião, Besançon, Toulouse, Cartago, Milão, Nicomédia, Niceia e Antioquia. Os professores da *schola publica* eram nomeados e destituídos por decisão do Senado, para o caso de Roma e Constantinopla, ou da cúria local, em se tratando dos municípios. Desde o governo de Marco Aurélio o candidato ao cargo deveria submeter-se a uma seleção (*probatio*) que Juliano regulamentou num texto legal.[15] A despeito de todo o apoio oficial, é conveniente não perder de vista que o magistério era uma profissão na qual prevalecia a iniciativa privada, uma vez que as cátedras criadas pelas autoridades imperiais e municipais abrigavam amiúde apenas os retores, os professores de ensino superior, de maneira que, para os níveis inferiores, os próprios familiares deveriam prover o pagamento dos professores. Além disso, as vagas disponíveis na *schola publica* não eram suficientes para atender à demanda. Desse modo, mesmo no nível superior havia uma intensa concorrência entre os professores que, em alguns casos, assumia contornos dramáticos, como demonstram as vicissitudes da carreira de Libânio. Dentre as dificuldades experimentadas pelos professores no exercício da profissão, as mais recorrentes diziam respeito à indisciplina dos alunos, à irregularidade no pagamento dos honorários docentes e ao desinteresse pelos conteúdos ensinados, com uma repercussão negativa sobre o trabalho em sala de aula. Durante a sua longa trajetória como sofista, Libânio se pronunciou em diversas oportunidades a respeito do assunto. No entanto, nos últimos anos de sua vida, as queixas começaram a se tornar mais intensas e diretas, resultado, certamente, do cansaço e da irritação de um professor

[15] PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Ed.) *Op. cit.* 13,3,5.

septuagenário assaltado por dores atrozes provenientes de uma artrite crônica, mas também de um novo contexto político-administrativo marcado pela burocratização do Estado romano, como veremos a seguir.

Distúrbios no 'didaskaleion'

Em Antioquia, a clientela de Libânio era constituída majoritariamente por membros da aristocracia, excetuando um ou outro caso. Sua classe (*chorus*) incluía, como de costume, apenas rapazes, muitos deles provenientes de outras regiões do Oriente, atraídos pela oportunidade de completar os seus estudos numa metrópole como era Antioquia à época. Muito embora o fato de ensinar numa *schola publica* para estudantes da elite fosse, sem dúvida, um motivo de orgulho e de prestígio para Libânio, cumpre salientar que, em algumas circunstâncias, a arrogância, a ousadia e a agressividade dos alunos, sempre propensos a se envolver em brigas, trotes e arruaças, eram motivo de profundo dissabor para os professores. De fato, Libânio, em mais de uma passagem, lamenta o abandono do autocontrole, da *sophrosyne*, por aqueles que, sendo educados na *paideia*, deveriam adotar uma conduta serena e cordial no trato com os seus companheiros de escola. Em sua avaliação, os alunos, ou ao menos uma parcela significativa dentre eles, era responsável por introduzir a desordem, a *stásis*, no *didaskaleion*, por vezes com a anuência dos pais, que se furtavam em puni-los, numa alusão a uma suposta perda de autoridade paterna. Desafiados pelos filhos, os pais se acovardariam, quando deveriam expulsá-los de casa ou mesmo deserdá-los.[16] Na condição de educador e cioso dos rumos da sua escola, Libânio toma a si o encargo de repreender os alunos, censurando-os por dormirem e até mesmo roncarem durante as lições, por se embriagarem, por tomarem parte em festins, por agirem de modo insolente, por consumirem o dinheiro destinado ao pagamento dos honorários docentes em bebida, jogos de dados e prostitutas e por irromperem na sala de aula aos gritos e saltos, importunando os demais colegas. Por tudo isso, confessa ter sido, no decorrer dos anos, alvo de críticas constantes por parte dos seus adversários.

O ápice do desgosto de Libânio com o comportamento desregrado dos alunos ocorre por volta de 390, no assim denominado "episódio do tapete", que dá ensejo à *oratio* 58, na qual dirige severas críticas aos estudantes pela maneira como haviam tratado um pedagogo da sua escola, vítima de uma ação violenta e injuriosa por instigação, ao que tudo leva a crer, do retor de latim, um dos desafetos de Libânio.[17] Ao tomar a defesa do sistema de ensino praticado no *didaskaleion*, o

[16] LIBANIUS. Oration 62: against the critics of his educational system. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 87-109 (24).

[17] LIBANIUS. Oration 58: To his students on the carpeting. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p.169-181.

pedagogo teria sido capturado pelos estudantes, posto sobre um tapete e lançado para o alto repetidas vezes, enquanto os alunos e transeuntes se deliciavam com a cena. Libânio não sabe ao certo a origem de tal prática, habitual em outras cidades do Império, mas atesta que, em Antioquia, essa era a primeira vez que se ouvia falar dela. As implicações do ato eram múltiplas, tanto em termos físicos quanto em termos morais. De fato, ao ser arremessada para cima, nem sempre a vítima conseguia se equilibrar sobre o tapete, sendo por vezes projetada no chão, o que lhe rendia diversos ferimentos. Pior do que isso, no entanto, era a vergonha do pedagogo em ser maltratado publicamente por um bando de rapazes inconsequentes, o que representava um duro golpe na autoestima de um profissional dedicado a supervisionar de perto a formação intelectual dos alunos, atuando como parceiro do retor na cobrança dos exercícios, às vezes por meio do látego e da vara, e como um protetor dos pupilos ao manter à distância os admiradores "devassos" da juventude. Ao exporem o pedagogo à humilhação pública, os estudantes criaram um embaraço político para Libânio, pois os demais pedagogos, sentindo-se intimidados, a ele se dirigiram em comissão, exigindo providências. O receio dos pedagogos, ao que tudo leva a crer, era legítimo, pois o episódio teria alcançado uma repercussão muito maior, sendo já comentado em todos os recantos da cidade. Alguns mal-intencionados, desejosos de facilitar a corte aos jovens mais belos, estariam inclusive defendendo o uso regular do tapete contra os pedagogos. Na opinião de Libânio, o saldo mais negativo de tudo isso era justamente a perda de autoridade dos pedagogos para intervir na educação dos estudantes, pois com a reputação abalada e não tendo condições de mudar de ofício, ou o pedagogo se submeteria aos caprichos dos alunos ou seria obrigado a esmolar. Certamente é possível que Libânio, ao descrever a falta de compostura dos alunos de sua escola, tenha incorrido em alguns exageros por força mesmo dos cânones que regiam a *epitimesis*, o discurso de reprovação, uma peça de retórica destinada a admoestar a audiência diante de uma conduta imprópria, atribuindo assim ao incidente uma importância muito maior do que ele de fato possuía. Essa hipótese não deve ser, em absoluto, descartada, mas é necessário que lidemos com o problema de modo um pouco mais cuidadoso, pois ele nos sugere a existência, no ambiente da escola antiga, de procedimentos que, na atualidade, alguns não hesitariam em qualificar como *bullying*, resultado da tendência de uma parcela do alunado em desafiar as autoridades constituídas. A esse respeito, uma lei de 12 de março de 370 destinada a regular a permanência de estudantes em Roma e Constantinopla é bastante elucidativa, motivo pelo qual a transcrevemos na íntegra:

> Imperadores Valentiniano, Valente e Graciano Augustos a Olíbrio, prefeito da cidade. Todas as pessoas que vierem à Cidade devido ao desejo de aprendizado devem primeiramente, no ato da sua chegada, apresentar ao mestre das taxas (*magister census*) documentos escritos dos diversos juízes provinciais, por meio dos quais o direito de vir à Cidade deve ser concedido. Esses documentos devem conter o nome da municipalidade da qual cada um dos estudantes é proveniente,

> junto com a sua certidão de nascimento e cartas de recomendação atestando o seu nível superior de ensino. Em segundo lugar, após a matrícula os alunos devem indicar o ofício que desejam estudar. Em terceiro lugar, o *magister census* deve investigar cuidadosamente a vida dos estudantes nos seus locais de alojamento, para checar se de fato eles despendem seu tempo nas lições que declaram estar frequentando. Esses mesmos *magistri census* devem advertir os estudantes para, em suas reuniões, se comportarem estritamente como pessoas que consideram seu dever evitar uma reputação desgraçada e escandalosa, bem como o conluio para o mal, coisas que, em nossa opinião, serão sucedidas por uma pior: o crime ele mesmo. Os estudantes não devem comparecer com frequência a espetáculos ou tomar parte em pândegas extemporâneas. Nós, além disso, concedemos a você, como prefeito, a autoridade para, se algum estudante na Cidade falhar em se comportar com a dignidade requerida por uma educação liberal, ser publicamente açoitado, imediatamente embarcado num navio, expulso da Cidade e devolvido à sua terra. É claro que se deve conceder permissão para todos os estudantes que permaneçam em Roma até os vinte anos, se eles se aplicarem com afinco na sua profissão, mas se após expirar este prazo qualquer aluno relutar em retornar a sua pátria por vontade própria, ele deve, por meio da ação administrativa do prefeito, ser devolvido, mesmo contra sua vontade, à sua cidade. A fim de que estas determinações não sejam observadas de maneira superficial, Sua Excelsa Sinceridade deve determinar que o *magister census* inclua a cada mês, nos seus registros, os estudantes que chegam, venham de onde vierem, e aqueles que devem ser mandados de volta para a África ou para as outras províncias de acordo com o tempo. A única exceção serão os estudantes que estiverem unidos às obrigações dos *collegia*. Esses registros, além disso, deverão ser despachados a cada ano para o escritório de Nossa Clemência, de maneira que possamos tomar ciência dos méritos e da educação dos vários estudantes e julgar se eles podem ser úteis a Nós.[18]

Do texto da lei, é possível depreender que a presença, em Roma, de estudantes de outras cidades do Império, embora fosse admitida e até mesmo valorizada pelo legislador, uma vez que das fileiras estudantis poderiam ser convocados eventuais colaboradores da administração pública, era também motivo de preocupação para as autoridades em virtude justamente da má fama que acompanhava os alunos. A princípio atraídos para a Capital com a finalidade de prosseguir seus estudos em nível superior, os estudantes poderiam facilmente deixar-se seduzir pelos atrativos da vida urbana e, mais que isso, fomentar badernas, distúrbios e, no limite, praticar atos condenáveis do ponto de vista jurídico, o que exige do *Praefectus*, auxiliado pelo *magister census*, um cuidado permanente no sentido não apenas de verificar a procedência dos alunos e a real necessidade de permanecerem na Capital, mas também de supervisionar a assiduidade às aulas e o rendimento acadêmico por meio de mecanismos rotineiros de registro e controle. Diante de indícios de conduta imprópria, a penalidade seria o látego, seguida de expulsão sumária da cidade, o que *mutatis mutandis* equivalia à pena de *deportatio*. A lei nos sugere assim que não apenas em Roma, mas em todas as metrópoles do Império nas quais havia a oferta de estudos avançados, como Constantinopla, Atenas, Beirute e, no nosso caso, Antioquia, a aglomeração de alunos no recinto

[18] PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Ed.) *Op. cit.* 14,9,1.

urbano era sempre vista com receio pelas autoridades municipais. Por esse motivo, o episódio do tapete descrito por Libânio não representa decerto um fato isolado, mas uma demonstração contundente da inclinação dos alunos, ou pelo menos de uma parcela deles, para se envolver em atos de indisciplina que, da sala de aula, extravasavam para as ruas e que incluíam a afronta aos professores e pedagogos, a coação de outros colegas e o choque entre classes de professores rivais, uma prática rotineira da qual o próprio Libânio foi testemunha nos seus anos de estudante em Atenas, quando se viu mais de uma vez envolvido em acontecimentos dessa natureza.[19] Além disso, o orador nos informa que não apenas o *staff* da escola e os colegas de classe eram vítimas em potencial dos maus alunos, mas também os trabalhadores humildes (ourives, sapateiros, carpinteiros, tecelões, ambulantes) que, trafegando pela via pública, poderiam se deparar subitamente com bandos de alunos proferindo ameaças, distribuindo chutes e golpes com as mochilas carregadas de rolos de papiro, donde resulta o seu apelo para que esses alunos extravasem a agressividade fora da sala de aula, evitando assim macular o *didaskaleion*, tido como um local sagrado, como o templo de Hermes e das Musas.[20]

Outro problema grave que afetava o cotidiano escolar em Antioquia na segunda metade do século IV era a falta de pagamento dos professores, acontecimento associado a uma taxa crescente de evasão escolar. Na *Oratio* 62, *Contra os críticos do seu sistema educacional de ensino*, proferida em 382, Libânio declara, talvez não sem uma ponta de exagero, que os devedores teriam se tornado mais numerosos que os pagantes.[21] Contemporânea a essa oração, temos a 43, *Sobre os acordos*, na qual o autor, discursando para os retores de Antioquia, faz um balanço das dificuldades que afligiam o magistério, ao mesmo tempo em que sugere algumas medidas com o propósito de contornar a situação. Libânio atesta, em sua época, a ruptura frequente do antigo rito que selava o compromisso entre o retor e seu aluno, rito este dividido em três partes: juramento de fidelidade, banho de purificação e banquete solene. Em caso de desistência injustificada, tanto o aluno quanto os pais seriam estigmatizados como desertores, sofrendo assim a censura da comunidade. O móvel do desacordo, nesse caso, era a decisão unilateral do aluno em abandonar a classe, acarretando para o professor não apenas a perda futura de receita, mas um débito pretérito, pois, ao tomar a decisão de ir embora, o aluno já se encontraria há meses inadimplente. Na realidade, a transferência de escola seria o último estratagema empregado pelos pais para evitar o pagamento dos docentes, produzindo-se assim um vai e vem constante de alunos, que se deslocavam de uma escola para a outra no decorrer do ano letivo, com um impacto desastroso sobre a autoestima do professor, como assinala Libânio:

[19] LIBANIOS. *Autobiographie*, 19.
[20] LIBANIUS. *Or.* 58, 5.
[21] LIBANIUS. *Or.* 62, 20.

> No que diz respeito às deserções que têm adversamente afetado o magistério, quem vocês podem culpar senão vocês mesmos? Vocês me dirão que isso não afeta vocês profundamente? Vocês não vão para casa arrasados se o aluno de ontem vai embora como qualquer outro? Não é o seu almoço desagradável? Sua tarde tensa? Seu jantar insípido? A maior parte da noite passada sem sono? No dia seguinte você detesta a sua cátedra, odeia o lugar onde ensina e suspeita dos alunos que ainda permaneceram, enquanto o sorrateiro estudante, audacioso, com insolência deliberada, se é colocado frente a frente com o seu antigo professor, esquece tudo o que fez, dissipa do olhar o respeito que tem por ele e cresce em arrogância, desejoso de perturbá-lo com o seu comportamento. Se você mencionar os honorários, ele solta um uivo e protesta que gastou o seu tempo em vão, que não aprendeu nada, não ouviu nada, demorou a deixá-lo e que já deveria ter feito isso há muito tempo, e que não é justo pagar-se para nada aprender. [...] O pai faz a mesma observação aos outros pais, e embora pai e filho sejam mentirosos, eles têm a audácia de contar a história de modo que não sejam vistos como falhos no pagamento. E o professor fervilha com ódio ao pensar sobre todo o trabalho que teve com o aluno e na falta de percepção de que estava edificando a alma de um ingrato. [...] O professor então não se volta para o livro e para o nutriente que daí extrai, ou se o faz, o faz em vão, pois não pode concentrar sua atenção para tirar proveito disso. Como resultado, se torna menos eficiente. Assim, além da perda dos rendimentos, sua habilidade é prejudicada. [22]

A evasão escolar e os débitos deixados pelos alunos atormentam os professores que, com exceção dos detentores de cátedras públicas de ensino, uma minoria no contexto dos docentes do Império, dependiam visceralmente da contribuição dos alunos e que, no entanto, não apenas se viam privados dos meios para uma sobrevivência digna, como também encontravam-se sujeitos a ser difamados como incompetentes por uma clientela mal-intencionada. A fim de solucionar o problema, Libânio recomenda um acordo entre os próprios professores de retórica a fim de que não aceitem transferências injustificadas de alunos de uma escola para outra, bloqueando assim o círculo vicioso que se instituiu. Ao se valorizar como profissional, não cedendo à pressão para admitir os alunos ao bel-prazer dos pais, os professores passarão novamente a gozar da deferência e do prestígio que perderam como líderes da juventude, podendo reintroduzir nas escolas o uso do látego e da vara, instrumentos postos de lado por receio da reação negativa dos alunos.[23] Restituída a classe, os professores poderão cumprir de modo satisfatório a tarefa que deles se espera, formando alunos preparados para uma carreira de sucesso com condições de atuar como guias para as gerações futuras, o que reverterá, por sua vez, no aumento da fama dos próprios professores, reconhecidos na cidade por educar alunos-modelos.[24] Contra o argumento de que um pacto de fidelidade entre pais, alunos e professores poderia levar estes últimos a se tornarem negligentes e preguiçosos no exercício da profissão, Libânio se apressa em tomar a defesa da categoria,

---

22 LIBANIUS. Oration 43: On the agreements. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 111-121 (6-7).
23 LIBANIUS. *Or*. 43, 9.
24 LIBANIUS. *Or*. 43, 15.

declarando que os professores são, em geral, pessoas devotadas ao ofício, razão pela qual costumam trabalhar mesmo nos feriados, quando os governadores convocam a população ao teatro ou ao hipódromo.[25]

Além dos atos de indisciplina, das defecções abruptas e da falta de pagamento dos honorários, Libânio ainda se queixa com veemência do desinteresse dos alunos pela disciplina que ministra, a retórica grega, um estado de coisas que atribui a Constâncio II, imperador responsável por banir da corte os filósofos e os sofistas, substituindo-os por eunucos e estenógrafos incultos que trataram de minar a educação retórica. Começando pela corte, o desprezo pela retórica teria em seguida alcançado as escolas de todo o Império, pois os estudantes, contemplando o súbito sucesso de indivíduos obscuros e sem formação educacional adequada, muitos deles recrutados dentre os cristãos, passaram a julgar excessivos e enfadonhos os afazeres escolares, que não lhes garantiam mais uma carreira promissora. O problema teria sido temporariamente mitigado sob o governo de Juliano, pois o imperador era um amante das letras, mas logo depois a retórica sofreu novo abandono.[26] O descaso dos alunos para com os conteúdos ministrados no *didaskaleion* deu ensejo a um pronunciamento específico de Libânio em 388, numa composição intitulada *Aos seus estudantes sobre o seu discurso*.[27] Nessa oração, em especial, Libânio menciona as críticas recebidas por ter se mantido durante bom tempo em silêncio, sem proferir nenhum discurso, como se o seu labor já lhe trouxesse cansaço e fastio. Em resposta, o sofista nega que o tenha feito em represália à falta de pagamento dos honorários ou por estar idoso demais, mas devido ao desinteresse dos alunos pelos seus ensinamentos. De acordo com Libânio, seus alunos preferiam vagar pelas ruas da cidade, retardando-se de propósito para as lições e ignorando os apelos dos escravos do *didaskaleion*, enviados para apressá-los. Uma vez instalados no *theatron*, não se concentravam nas palavras do orador, mas acenavam entre si com a cabeça, trocando informações sobre aurigas, cavalos, atores, dançarinos ou atletas. Alguns permaneciam de pé, com os braços cruzados como se fossem estátuas; outros esfregavam continuamente o nariz com as mãos; outros se mantinham sentados, inertes; outros contavam o número dos recém-chegados; outros obrigavam os que estavam em pé a sentar; outros fitavam as folhas das árvores do lado de fora do *bouleuterion*; outros fofocavam acerca das bobagens que lhes vinham à cabeça, colocando-se assim num estado de inquietação ou de apatia que os impedia de concentrar-se na lição.[28] Segundo Libânio, um comportamento como esse exprimia não apenas uma falta de respeito para com o orador, mas um aviltamento do próprio ofício do professor de retórica. Dentre as razões para agirem assim, a mais importante era que os

[25] LIBANIUS. *Or.* 43, 14.
[26] LIBANIUS. *Or.* 62, 9-17.
[27] LIBANIUS. Oration 3: To his students about his speech. In: NORMAN, A. F. (Trad.) *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 183-192.
[28] LIBANIUS. *Or.* 3, p. 6-14.

alunos não se sentiam atraídos pelo estudo da retórica por não vislumbrarem a possibilidade de, no futuro, seguirem a carreira do magistério, pois, como declara:

> Eles veem a profissão desprezada, aviltada e sem reputação, influência ou renda, mas, em lugar disso, envolvendo uma dura servidão, tendo muitos como senhores: pais, mães, pedagogos, os próprios estudantes, cujas reações são absurdas, pois pensam que o professor de retórica tem necessidade de alguém para receber seu ensinamento, e não o contrário. Vendo assim, do mesmo modo que os navegantes evitam os recifes, eles evitam uma profissão que vai mal. [29]

Conclusão

As dificuldades no exercício do magistério narradas por Libânio não se restringiam, em absoluto, ao *didaskaleion* de Antioquia nem resultavam, a princípio, de uma suposta perda de controle dos pais sobre os filhos, o que nos levaria a tratar a situação em termos eminentemente moralistas, procedimento adotado pelo próprio orador na maior parte do tempo. A "crise" no sistema educacional do Oriente derivava não tanto dos descaminhos nas relações familiares, mas de uma significativa mudança nos rumos da administração imperial a partir das reformas de Diocleciano e Constantino, que ampliaram sobremaneira o contingente de funcionários civis e militares ao mesmo tempo em que os cumulavam com toda sorte de privilégios e isenções. Dentro desse processo, merece sem dúvida destaque Constâncio II, que concede aos notários, os especialistas em estenografia do seu *consistorium*, um papel importante dentro da máquina de governo, promovendo-os até mesmo à prefeitura do pretório, uma das mais altas dignidades da carreira civil.[30] Além disso, observa-se uma transformação no status dos advogados, pois as novas diretrizes administrativas produzem a conversão dos juristas em suporte civil do poder imperial, o que implica a presença crescente de profissionais do Direito dentro da chancelaria.[31] A burocratização do sistema jurídico, por sua vez, facultava às partes, após o julgamento do governador de província, que atuava como juiz de primeira instância, recorrer ao tribunal dos vicários, dos prefeitos do pretório e do próprio imperador. Todavia, todas as etapas do processo requeriam o pagamento de taxas (*sportulae*) aos agentes envolvidos, incluindo o *advocatus* ou *patronus* (*scholasticus*, em grego), personagem que passa assim a extrair vultosos rendimentos da

29 LIBANIUS. *Or.* 62, 32
30 LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Op. cit.*, p. 243.
31 FERNÁNDEZ BARREIRO, A. Poder politico y jurisprudencia en la época tardo-clásica. In: PARÍCIO, J. (Org.) *Poder politico y derecho en la Roma clásica*. Madrid: Complutense, 1996, p. 118.

profissão.[32] Considerando que o ofício de juiz não fazia parte da tradição romana, que sempre confiou a tarefa de julgar a magistrados, os governadores de província, procônsules, vicários e prefeitos do pretório nem sempre possuíam um conhecimento jurídico satisfatório, o que os obrigava a cercar-se de assessores com treinamento específico retirados amiúde dos tribunais. A profissão era tão atrativa que, no Oriente, o *staff* do prefeito do pretório chegou a contar com 150 *advocati*, todos pagos com recursos públicos.[33] Pois bem, qual teria sido o impacto disso sobre o currículo escolar no Oriente? A resposta é, não o abandono puro e simples, mas a redução do tempo dispensado ao estudos de literatura e retórica gregas em prol de uma dedicação maior do aluno ao latim e ao Direito, pois, na fase tardia do Império, para ascender à carreira forense, o candidato deveria ter uma educação tradicional em gramática e retórica acrescida, se possível, de algum conhecimento legal. Um requisito, no entanto, era determinante para o sucesso tanto na carreira de *advocatus* quando na de funcionário público: o domínio do latim.

No século IV, o latim era, mesmo no Oriente, o idioma oficial, pois toda a correspondência da chancelaria imperial com as províncias era redigida em latim, assim como os documentos dos escritórios militares.[34] Desse modo, para os candidatos a uma vaga como notários ou funcionários dos diversos *officia* civis e militares, era condição *sine qua non* um conhecimento básico da língua. Em se tratando de uma formação de alto nível em Direito, cumprida quase sempre nas escolas de Roma, Beirute ou Constantinopla, o estudante deveria ser fluente na língua latina, pois todos os códigos jurídicos, as decisões dos jurisconsultos e as coletâneas de constituições imperiais encontravam-se disponíveis apenas em latim.[35] Como consequência, o latim se converteu, na Antiguidade Tardia, num concorrente direto do grego, cuja importância é diminuída em virtude das novas exigências profissionais advindas da burocratização. As condições sociais do século IV impõem assim novos desafios à escola no sentido de prover a formação adequada à força de trabalho, o que resulta na proliferação de professores de latim nas províncias orientais, com a criação de cátedras específicas para o ensino de língua e literatura latinas. Em Antioquia, data de 388 a instalação oficial de um professor de latim na cidade, que, ao atrair parcelas crescentes de estudantes interessados num posto na administração pública, logo se converte em rival de Libânio. A experiência vivida por Libânio é a de um professor cuja matéria à qual devotou toda a sua vida não suscita mais o interesse da clientela, não porque esta seja volúvel, temperamental ou desprovida de senso crítico, mas porque as condições sociais agora não favorecem mais a *paideia* grega, que

---

32 ELLUL, J. *Historia de las instituciones de la Antigüedad*. Madrid: Aguilar, 1970, p. 425; RODRÍGUEZ ENNES, L. Reflexiones en torno al origen de los honorarios de los 'advocati'. In: PARICIO, J. (Org.) *Poder politico y derecho en la Roma clásica*. Madrid: Complutense, 1996, p. 135.

33 JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire*. Oxford: Basil Blackwell, 1964, p. 499 e ss.

34 LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Op. cit.*, p. 247.

35 JONES, A. H. M. *Op. cit.*, p. 989.

durante mais de mil anos ditou os parâmetros de ensino no Oriente e no Ocidente. Libânio, um observador atento do seu próprio mundo, não deixa de reconhecer a parcela de responsabilidade do poder imperial no fortalecimento dos conteúdos de latim e de Direito em detrimento do grego, mas prefere atribuir os percalços da sua escola e do próprio ofício do magistério a uma conduta irresponsável dos alunos e seus pais e à inveja dos adversários, ancorando-se num discurso saudosista a respeito de uma escola que não mais existe e que, talvez, tenha existido apenas em sua memória.